

Crédito Devolvido

divida externa

O Tesouro Nacional continua sem crédito no exterior, enquanto não se definem o acordo com o FMI e a renegociação da dívida do Estado brasileiro com os bancos privados e os oficiais no âmbito do Clube de Paris. Mas, pela primeira vez desde 1982, a economia brasileira, através das empresas estatais e privadas (nacionais e estrangeiras), está conseguindo obter recursos voluntários nos mercados internacionais.

Segundo levantamento do Banco Central, as empresas captaram o total de US\$ 1,5 bilhão, com prazos que já ultrapassam a seis meses. O diretor da área externa do Banco Central, Arminio Fraga, informa que mais 20 empresas estatais e privadas estão prontas para lançar títulos no exterior e captar até US\$ 600 milhões no início de 1992.

Devagarinho, e sem o aval do Tesouro, as empresas instaladas no país recorrem ao mercado financeiro internacional com o objetivo de obter recursos para os seus negócios. Essa mudança de comportamento não reflete apenas a volta da confiança por parte da comunidade financeira internacional na capacidade das empresas brasileiras. Desde a crise da dívida externa, em fins de 1982, a situação de insolvência interna e externa do Estado era confundida com a saúde das empresas privadas e estatais.

Ela é, também, um importante sinal de que as empresas brasileiras abriram os olhos para as mudanças estruturais que varrem o mundo dos negócios, depois da queda do Muro de Berlim e da derrocada das economias do Leste europeu. A economia que não se internacionalizar, integrando-se à corrente de livre movimentação de mercadorias, tecnologias e capitais do Primeiro Mundo, estará marginalizada e condenada à estagnação.

A internacionalização de qualquer economia se processa através dos mecanismos do mercado de

capitais. As empresas e bancos brasileiros que saíram à frente, fazendo seu nome no mercado internacional mediante a emissão de *commercial papers*, eurobônus e outras formas de securitização, serão a vanguarda da internacionalização da economia.

A Petrobrás captou US\$ 125 milhões em *commercial papers* no mercado londrino, depois de ter antes levantado recursos em bônus. A Copene, central petroquímica do Nordeste, de controle privado, lançou US\$ 50 milhões em eurobônus. O Bradesco lançou *commercial papers* em Nova Iorque, o Banco Francês e Brasileiro captou US\$ 50 milhões em bônus no mercado londrino. A Vale do Rio Doce, a Petrobrás e a Telebrás planejam captar mais recursos de forma independente do Tesouro Nacional.

É a superfície da grande mudança que já se manifesta na economia brasileira, com a saída do Estado do papel de ator principal do desenvolvimento econômico. Há exatos dez anos, era comum as estatais se endividarem para transferir dinheiro ao Tesouro Nacional. Como o Tesouro quebrou, as estatais acabaram pagando um alto preço: além dos custos financeiros que afetaram seus resultados, a inadimplência do Tesouro impediu o seu acesso ao mercado voluntário de capitais, que hoje opera na base de títulos, depois que a fórmula dos grandes empréstimos financeiros foi condenada com a crise dos países devedores em 82.

As empresas brasileiras que pretendam sobreviver num cenário de economia aberta e integrada ao Primeiro Mundo não podem deixar de cuidar, desde já, da construção de sua credibilidade nos mercados financeiros internacionais. Essas empresas podem absorver mais rápido os dólares que virão ao Brasil sob a forma de conversão da dívida externa em investimentos de risco e outras formas de títulos empresariais.